

A Mesa Redonda Brasil 2023

Por Laura Held

A Mesa Redonda Brasil 2023, abreviadamente MRB 23, foi realizada de 20 a 22 de outubro em Bonn. Mais de 110 pessoas, quase metade delas brasileiras, reuniram-se na Haus Venusberg. Durante três dias, o tema foi: "Lutas decoloniais: Nunca mais um Brasil sem nós!". Houve discussões e intercâmbios, novas colaborações foram exploradas, campanhas planejadas foram promovidas e projetos conjuntos foram levados adiante. A maioria dos participantes representava organizações eclesiais, sindicais ou civis envolvidas na cooperação para o desenvolvimento ou na solidariedade internacional.

Perspectivas decoloniais de mulheres indígenas e negras

Nossos corpos falam. Nosso olhar olha. Precisamos de nosso território". (Ana Gualberto)

Na sexta-feira à noite, a parte oficial começou com um painel de discussão transmitido ao vivo intitulado: "Um ano do governo Lula e as lutas contra o racismo estrutural". O evento foi realizado em português e alemão e, como sempre acontece nas reuniões do KoBra, as sessões plenárias foram traduzidas profissionalmente. Duas jovens mulheres subiram ao pódio como convidadas: Jéssica Tupinambá, ativista indígena, professora, representante do departamento jurídico do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA), estudante de direito e ativista, e Ana Gualberto, também da Bahia, cientista cultural, membro de vários coletivos de mulheres negras, diretora da KOINONIA, ela também é membro da Rede de Mulheres Negras da Bahia e do Coletivo Iyá Akobiodè, bem como do Egbon D'Osun do Ilê Axé Ofá Omi Layó. Esse componente afro-espíritual do Candomblé é muito importante para ela, como enfatizou. Ela também pesquisa e representa o movimento Quilombola. Johannes Miksch, da Kindernothilfe Brasil, era no pódio como moderador.

"Eu sou a água doce, a floresta e o mineral" - mas nossas vidas e nossa espiritualidade continuam a ser atacadas e destruídas (Ana Gualberto)

O evento começou com uma surpresa. Jéssica cantou e dançou uma oração tradicional tupinambá, batendo o ritmo com o maracá. Ela também trouxe ao pódio outra líder indígena: Iracema Kaingang, Caciqua dos Kaingang do Rio Grande do Sul.

Quem leu o artigo perspicaz de Jéssica "Você nem tem cabelo liso" sobre os preconceitos e a discriminação da comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro na edição 270-271 da Brasilicum já sabia que se tratava de uma jovem eloquente e autoconfiante que parece combinar tradição e modernidade com facilidade. O livreto Brasilicum foi publicado para a mesa redonda e enviado a todos os participantes com antecedência. Jéssica se apresentou como filha de um grande guerreiro, falou brevemente sobre o atual território Tupinambá (muito menor do que costumava ser e ainda não demarcado) e as lutas atuais, muitas vezes sangrentas, dos Tupinambá pelo direito de viver em suas terras. Em seguida, ela respondeu à pergunta do moderador sobre o impacto que um ano de governo Lula teve sobre as lutas contra o racismo estrutural. Ela começou com um resumo do desastroso governo anterior de Bolsonaro, que se opôs deliberadamente à demarcação de territórios indígenas, sob o qual os indígenas foram criminalizados, insultados como "falsos" indígenas e ladrões de terra e, por exemplo, foram alvo de campanhas oficiais de panfletagem nas cidades. Isso teve consequências para os Tupinambá: eles foram atacados, houve mortes, inclusive de seus próprios familiares, e eles

próprios foram atacados várias vezes. Houve várias ocupações ilegais de terras, inclusive por garimpeiros em suas terras.

Somam-se a isso as mortes causadas pela epidemia de coronavírus, que o governo Bolsonaro negou. Embora o direito à terra seja negado aos Tupinambá, eles estão determinados a continuar lutando. Atualmente, eles esperam que o governo Lula veto um projeto de lei atual que prevê a limitação temporal dos territórios indígenas. Embora Jéssica reconheça que o governo Lula ainda precisa se reerguer, elas não veem nenhum progresso em suas lutas atuais.

"As mulheres afro-brasileiras querem mais do que apenas sobreviver". (Ana Gualberto)

Ana Gualberto, historiadora e pesquisadora, mas também membro de uma comunidade afro-brasileira, como ela orgulhosamente enfatizou, foi mais crítica em relação ao governo Lula. As mulheres afro-brasileiras querem mais do que apenas sobreviver, e devem continuar lutando por isso dia após dia. A Constituição de 1988, pela qual seus antecessores lutaram, contém muitas coisas boas e importantes para o movimento negro e indígena, mas elas não estão sendo implementadas. Assassinatos, estupros e crimes continuam sendo cometidos com impunidade. Isso também afeta os quilombolas: fora do Brasil, ainda não se sabe que existem muitas comunidades quilombolas no Brasil. Esses são descendentes de escravos negros que conseguiram fugir e estabelecer suas próprias comunidades em locais muitas vezes inacessíveis. Muitas comunidades quilombolas estão demarcadas, mas todas estão ameaçadas pela "corrida" capitalista pela terra. Entre 2019 e 2022, houve 169 assassinatos de quilombolas, dos quais 140 eram ativistas ambientais. Ela deu exemplos - uma mãe e seu filho de 14 anos, um homem de 72 anos - assassinados apenas por defenderem suas terras e todos esses assassinatos ficam impunes. Os não brancos devem trilhar seu próprio caminho, concluiu. Ao mesmo tempo, ela exortou o público a não ver os negros apenas em termos de racismo e etnia.

"Existe uma lei contra o racismo no Brasil, mas ninguém está preso por isso". (Ana Gualberto)

Quando perguntada sobre estratégias para combater o racismo estrutural, Ana respondeu que eles não poderiam combatê-lo sozinhos, precisavam de aliados. Todos os deputados não brancos são ameaçados e atacados diariamente, ela apontou o assassinato anunciado da defensora de direitos humanos e feminista Marielle Franco em 14 de março de 2018, embora todos soubessem quem havia ordenado, nada havia acontecido. Os partidos não a apoiam. Existe uma lei contra o racismo no Brasil, mas ela nunca é aplicada. As comunidades afro-religiosas também estão cada vez mais hostis; recentemente, uma casa de culto foi incendiada, mas a responsabilidade por esse fato nunca foi esclarecida.

"Estamos morrendo do mesmo racismo estrutural todos os dias. Mas queremos um futuro melhor para nossos filhos, e é por isso que não estamos morrendo." (Jéssica Tupinambá)

Jéssica confirmou as descrições de violência estrutural feitas por Ana. O racismo cotidiano era seu **pão de cada dia**. Seu credo: eles, os indígenas e os negros, têm que aparecer em todos os lugares onde não são esperados. Ela ouviu repetidas vezes: "você não é indígena, está viajando, tem um smartphone, estudou". Mas ela é; e é exatamente isso que ela quer dizer ao mostrar sua presença em todos os lugares, indo a comitês, reuniões, sendo visível. As organizações brancas poderiam apoiá-la nisso.

Ana acrescentou: "O mundo inteiro gosta do Brasil, mas o país ainda precisa ser descolonizado e todos podem contribuir para mudar essa relação. Como a riqueza da Europa também foi resultado da

exploração de ouro e matérias-primas pelo Brasil, ela também pediu reparações e compensações financeiras por séculos de pilhagem. Com relação aos governos progressistas, ela disse que eles também não mudaram muito da última vez. A pressão deve continuar a ser exercida sobre o Ministério da Justiça e o governo Lula. "Nosso corpo fala. Nossos olhos olham. Precisamos do nosso território".

"Precisamos de sua ajuda, trata-se de nossa sobrevivência" (Iracema Kaingang)

Por fim, a Caciqua Iracema Kaingang falou. Ela também começou com uma oração pela Mãe Terra e pelas águas. Ela vem da região do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Paraguai e a Argentina, onde as florestas estão ficando cada vez menores devido ao cultivo cada vez maior de soja. Há hostilidade e ataques diários e não há demarcações. "Precisamos de sua ajuda", disse ela, "nossa sobrevivência está em jogo".

Medidas concretas contra o racismo estrutural:

Ana defendeu a necessidade de se tornar mais visível, de conseguir mais representantes no parlamento. A maioria das pessoas no Brasil não entende o Estado. Todas as três ressaltaram que as lutas e a proteção ambiental não devem ser apenas sobre a Amazônia. Tudo está sempre focado na Amazônia. Ela é o pulmão do mundo, sim, mas os outros membros também são importantes para a sobrevivência.

Sobre a questão das cotas (no Brasil, as cotas foram introduzidas nas universidades e em muitas instituições para pessoas não brancas durante o primeiro governo Lula), Ana e Jéssica tiveram conclusões mistas: ambas foram beneficiadas até certo ponto e puderam estudar, mas, por outro lado, as pessoas brancas avaliaram o quanto uma pessoa era negra e se ela tinha a capacidade de estudar. Ana, por exemplo, teve seu pedido de doutorado negado sob o argumento de que "com filhos e já idosa, ela não teria condições de fazer isso". Além disso, os indígenas geralmente não se qualificam para o financiamento, apenas os negros. As cotas são importantes, mas não são suficientes. Trata-se de ter uma palavra a dizer nas universidades, ministérios e governos, para os quais eles precisam estudar, e isso é muito difícil para eles. Por exemplo, os idiomas indígenas não são reconhecidos nos três idiomas exigidos. O subfinanciado **Ministério de Assuntos da Mulher** e o **Ministério de Assuntos Indígenas** têm pouco poder, em contraste com o Ministério da Justiça - e o sistema judiciário está dando um passo para trás após o outro.

Quatro workshops paralelos sobre lutas decoloniais

No dia seguinte, foram realizados quatro workshops paralelos. Houve a oportunidade de entrar em contato com dois dos palestrantes em um grupo menor: com Ana Gualberto, sobre comunidades afro-brasileiras em resistência, e com Jéssica Tupinambá, sobre a repatriação de artefatos indígenas. Um terceiro workshop com Felipe Campos, do **movimento dos sem-terra** MST, apresentou projetos decoloniais concretos para a justiça climática e a soberania alimentar do MST, e o quarto workshop com Pedro Affonso Ivo Franco tratou do tópico: Perspectivas decoloniais da cooperação para o desenvolvimento na Amazônia. Pedro fez uma apresentação detalhada de um estudo recente que ele e Marina Caetano realizaram com financiamento do IFA (Institut für Auslandsbeziehungen) ("Analysing Decolonial Climate Perspectives. The Case of the Brazilian Legal Amazon" - está disponível gratuitamente on-line em inglês e português). As 25 recomendações concretas para a descolonização da cooperação para o desenvolvimento (EZ) desenvolvidas lá foram discutidas em detalhes e, às vezes,

de forma controversa. Afinal de contas, a cooperação para o desenvolvimento faz parte do colonialismo, e a política externa e de desenvolvimento feminista também é caracterizada pela Europa. Portanto, a questão é: mudança de sistema ou uma EZ diferente? Isso é possível? E se for, sob quais condições?

De volta à sessão plenária, tudo o que ainda estava na mente dos participantes foi coletado e, à tarde, o tópico foi discutido:

Política externa internacional feminista e descolonização

O foco foi nas diretrizes recentemente publicadas pelo governo federal alemão sobre "cooperação feminista para o desenvolvimento". Infelizmente, o palestrante solicitado pelo BMZ foi cancelado. Radwa Khaled-Ibrahim, da Medico International, que publicou uma avaliação muito crítica e bem fundamentada dessa política de desenvolvimento feminista no Brasilicum atual, também cancelou em cima da hora. Como resultado, os mesmos três representantes sentaram-se no pódio como na sexta-feira à noite, mais Esti Redondo do MPA, o Movimento dos Pequenos Agricultores, uma associação de **pequenos agricultores** da Bahia.

Uta Grunert, da KoBra, começou fazendo um resumo das novas diretrizes feministas. Objetivos fortes são propagados ali e todas as "**palavras da moda**" (**Buzzwörter**) atuais aparecem. Tudo é nomeado: Feminismo, interseccionalidade, pós-colonialismo. Trata-se dos três Rs: mais direitos (Rechte), mais Recursos e mais Representação para as mulheres e outros grupos do Sul global nos órgãos de tomada de decisão. Tudo isso é uma questão transversal em todos os departamentos e interseccional. Uta citou que lá se reconhece que "as continuidades coloniais e os padrões de pensamento racistas ainda prevalecem na cooperação para o desenvolvimento atualmente" e acrescentou que há um plano de ação para isso e que uma avaliação também está planejada. **Parece que isso não deixa nada a desejar.** Em seguida, ela fez um breve resumo das críticas: É usado um conceito antigo de desenvolvimento, não é possível um contato visual na relação entre doador e beneficiário, as reparações não estão na agenda e a crítica ao capitalismo ou ao sistema está completamente ausente.

Em seguida, perguntou-se aos quatro representantes o que eles achavam disso. Como eles entendem o feminismo?

"Nós deixamos a terra doente, mas somente ela pode nos curar" (Iracema Kaingang)

Iracema começou. Sempre houve um homem **chamado Caquice** em sua aldeia e nada havia mudado em 30 anos. Um dia, quando ela estava ausente para tratamento médico, foi eleita Caciqua. Agora ela leva a voz dos Kaingang para o mundo. Todos são bem-vindos aqui, diz ela, e eles aceitam todos aqueles que querem acabar com a discriminação. A Terra não foi feita para nós; nós a deixamos doente e somente ela pode nos curar. É por isso que eles estão lutando. Religiões como as evangélicas propagam o contrário e os atacam por sua visão de mundo, os difamam como bruxos e demônios, muitos deles já foram mortos, muitos estão passando fome, e ela continuou: "Nossa terra está nas mãos dos produtores de soja, eles usam pesticidas e venenos que também nos matam".

"As mulheres indígenas podem estar onde quiserem" (Jéssica Tupinambá)

Jéssica divulga o feminismo indígena. A descolonização é um pré-requisito. As mulheres indígenas podem estar onde quiserem. Elas levantam suas vozes onde quer que vão. Há muitos estupro, muitos

feminicídios (mas não em sua comunidade) e violência doméstica (infelizmente lá também). Elas estão lutando contra isso. As mulheres indígenas devem ser vistas como detentoras de poder.

"As mulheres negras nunca lutam apenas por si mesmas, mas pela vida e pelo futuro de todos." (Ana Gualberto)

Ana apontou para o passado das mulheres negras no Brasil: elas sempre foram públicas, nunca protegidas. O feminismo negro significa que as mulheres negras nunca lutam apenas por si mesmas, mas pela vida e pelo futuro de todas, como as mulheres indígenas. Trata-se também dos direitos das mulheres, da igualdade de gênero, da justiça de gênero, mas, acima de tudo, do acesso ao poder, do poder de decisão.

"São apenas palavras bonitas". (Ana Gualberto)

O texto do BMZ é muito bonito, mas são apenas palavras bonitas. Há cada vez mais injustiças. Ela está tão cansada, sim, seus problemas são reconhecidos, há palavras bonitas, mas nunca há implementação. Nenhum fato é criado, são palavras vazias. "O que importa é o dinheiro, muito dinheiro, mas apenas uma fração dele acabará conosco, se é que acabará." Para fazer a diferença, as mulheres negras e indígenas devem receber bolsas de estudo agora para que possam estudar, para que em 10 a 15 anos essas mulheres possam participar de organizações e ter voz ativa na tomada de decisões.

"Não existe apenas um feminismo, mas muitos." (Esti Redondo)

Esti defendeu um feminismo descolonizado, despatriarcalizado e popular. Não existe apenas um feminismo, mas muitos, e não é fácil percebê-los. Como pequenas agricultoras, elas têm uma agenda completamente diferente das mulheres brancas e urbanas. Estas últimas estavam lutando para poder trabalhar, enquanto aquelas estavam lutando para ter de trabalhar menos. Trata-se de conciliar o trabalho no campo com o trabalho doméstico e a representação, por exemplo, na Via Campesina. O feminismo está sendo construído no MPA, incluindo questões como produção, saúde, terra e violência. Elas têm outras formas de ação e Esti está pedindo financiamento e apoio para as mulheres rurais.

"Não precisamos de mais palavras, precisamos de ação". (Jéssica Tupinambá)

Uta resume: Portanto, tratava-se de proteção, natureza, educação, participação e reconhecimento. Em uma rodada final, os quatro convidados foram questionados sobre o que gostariam de dizer ao público alemão e, acima de tudo, ao BMZ. Ana disse sarcasticamente que havia desenvolvido um esquema para a implementação de projetos - quem, quando, com o quê, quantos - que eles ficariam felizes em disponibilizar para o BMZ. Jéssica mostrou fotos de sua comunidade natal, a Serra do Padeiro: mulheres preparando farinha de mandioca - porque "só é feliz quem tem barriga cheia", como diz o ditado brasileiro. Além da educação, que é muito importante, também se trata de soberania alimentar. Eles também dão sementes e milho para quem precisa, vivem coletivamente e têm uma escola para todos há 18 anos. Os rituais também são importantes e os ancestrais (encantados) devem ser sempre consultados. Ela enviaria a seguinte mensagem ao BMZ: "Não precisamos de mais palavras, precisamos de ação. Estamos trabalhando bem, mas precisamos de apoio para treinar mais pessoas. Queremos um diálogo que envolva todos".

Iracema agradeceu à Mãe Terra e disse: "A floresta precisa voltar. Eles não precisam de soja. As mulheres sofreram muito, pedem apoio em sua luta.

"Todos os feminismos devem ser levados em conta nas colaborações." (Esti Redondo)

Esti abordou novamente o tema das reparações. Reparções por tudo o que foi explorado pela Alemanha e pela Europa no passado. "Nosso feminismo não é o mesmo que o seu, temos objetivos diferentes e paradas ao longo do caminho".

Oficina de Oportunidades - lutas decoloniais em termos concretos

Na tradicional "Oficina de Oportunidades" do KoBra, foram apresentados e discutidos projetos específicos e forjadas possíveis alianças. Os tópicos incluíram: Um fundo autogerido para projetos indígenas na Amazônia, o Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, com Valéria Paye; o planejado corredor ferroviário de exportação da Serra do Mar no Paraná, "Nova Ferroeste", com o GEAS/Sítios, que terá um enorme impacto sobre a biodiversidade do local (Patrimônio Mundial da ONU desde 1990) e contra o qual as comunidades rurais estão protestando, argumentando a favor da realocação e buscando aliados. A situação atual dos Guarani e Kaioná foi apresentada pela FIAN, a fim de buscar conjuntamente maneiras de melhorar sua soberania alimentar, e o tópico da presidência brasileira do G20, que começa em 1º de dezembro de 2023, foi apresentado por Luiz Ramalho. Aqui, a sociedade civil brasileira está procurando pessoas de contato na Alemanha para acompanhar criticamente essa presidência. O tema da presidência brasileira do G20 também será o tema da conferência de primavera de 2024 da KoBra e, também nesse caso, impulsos e ideias ainda estão sendo buscados.

[Tradução com deepl.com]